

No limite da (outra) vida

VARELLA, Dráuzio, *Por um fio*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, 218 p., 14 x 21 cm.

O leitor habitual de revistas-fim-de-semana e mesmo domingueira dos jornais de prestígio nacional encontra um espaço reservado para a divulgação dos livros mais vendidos no decorrer dos sete dias anteriores.

A lista normalmente está recheada de autores estrangeiros. Assim, por exemplo, na última semana de maio, comparecia *O Código da Vinci*, de Dan Brown e *O Monge e o Executivo*, de James Hunter. Na área dos livros de não-ficção desfilavam, quase na sua totalidade, autores brasileiros, entre eles, Dráuzio Varella, com o livro *Por um fio*.

Dráuzio Varella, S. Paulo, 1943, na condição de médico oncologista, trabalhou vinte anos no Hospital do Câncer e, como voluntário, na Casa de Detenção do Carandiru, durante treze anos. Nos últimos tempos presta serviços em uma clínica particular.

Tal como vem acontecendo com muitos médicos, (inclusive em Santa Catarina, remember Oswaldo Rodrigues Cabral, Holdemar Menezes), nos últimos dez anos Dráuzio Varella publicou uma série de livros sempre relacionados com sua vida profissional: *Estação Carandiru*, 1999, experiência com detentos atingidos pelo vírus da AIDS, que recebeu dois prêmios; *Nas ruas do Brás*, 2000, escrito para crianças, também premiado duas vezes; *Macacos*, 2000; *De Braços para o Alto*, 2002.

Nestes meados de 2005, *Por um Fio*, que já recebeu a quinta reimpressão, o que significa a venda de algumas dezenas de milhares de volumes, descreve os últimos passos de vários terminais portadores de câncer.

O mais recente livro do autor paulista, em pouco mais de 200 páginas, reúne meia centena de episódios narrados à maneira de crônica, onde descreve a caminhada de pacientes que de um dia para outro se descobrem fulminados pelo irrecuperável. Entre as vítimas está o próprio



irmão do autor, também médico, que não resistiu às garras do fatal adversário.

Três aspectos estão presentes no texto de *Por um Fio*, todos eles relacionados com o comportamento do médico no desempenho de sua profissão, assim expressos nas palavras do próprio autor:

- “A finalidade da nossa profissão é aliviar o sofrimento humano”, p.147.
- “Para conseguir que um doente viva o máximo de tempo com a menor carga de dor e encontre a morte com tranquilidade, (...) a tarefa demanda não só conhecimento científico, mas compreensão da alma humana em profundidade apenas sensível aos que se dedicam com empenho ao penoso processo de aprendizado que o contato repetido com a morte traz”, p.153.
- “Durante muitos anos me deixei contaminar de tal forma pelas reações dos doentes no contato inicial com a adversidade suprema, que me sentia imobilizado emocionalmente, incapaz de dar-lhes o que esperariam de um médico nessa hora”, p. 64.
- Em cada fato que relata, Dráuzio Varella é, ao mesmo tempo, o médico que executa o trabalho com amor ao doente; é o cientista que se debruça sobre os dados que tem à frente; é o escritor preocupado em dar forma estética ao texto que vai elaborando.

Em muitos casos, mesmo diante da opinião contrária de membros da equipe que analisa o problema, ele insiste em “fazer alguma coisa diferente” para reverter o quadro da doença que tem diante dos olhos e dentro do coração.

Em fins de 1983, num estágio no Memorial Hospital de Nova York, o Autor foi invadido por “um frenesi de curiosidade científica” diante do vírus da AIDS, ainda desconhecido, que se alastrava pelos Estados Unidos.

Este “frenesi” está demonstrado em todo o decorrer da profissão nas inúmeras vezes em que o médico deixa de ser o profissional que age baseado em diagnósticos firmados “com base em sinais, sintomas e resultados de exames, dados concretos acessíveis até aos principiantes”, para se tornar o defensor de prognósticos que “exigem não só conhecimentos teóricos, mas vivência clínica, para ser vislumbrados com um mínimo de precisão”. Isto porque, a enorme quantidade de fatores que interagem nos mecanismos de uma doença “é de tal ordem de complexidade, que jamais existirão dois casos iguais, nem de duas pessoas que respondam de forma idêntica ao mesmo tratamento”, p. 193.

O médico e o cientista brotam do texto do livro no cuidado com que o escritor escolhe os detalhes e as palavras justas para que o narrado



se torne a própria realidade, no milagre da re-apresentação do mundo através da linguagem na grande utopia da Palavra.

Os últimos instantes da vida do irmão, roídos pelo câncer, não só fecham o livro como suspendem a frase derradeira que sai do ar acompanhando as batidas finais do coração. Acompanhemos a narrativa do Autor e o bater do coração do enfermo: “As pausas entre os movimentos respiratórios se alongavam. Coloquei o estetoscópio no peito do meu irmão ainda a tempo de escutar: tum... ta... tum... ta... tum...”

Como escritor-médico, Dráuzio Varella também se preocupa em descrever o comportamento das pessoas que reconhecem a proximidade do Fim. Às vezes, um pequeno detalhe, dentro das circunstâncias, transmite uma carga lírica ao quadro da cena que prevê o descer do pano para fechar o enredo.

“Três dias antes do Natal, entrou em coma. Pareceria tranqüila, não fosse a sombra imperceptível de duas rugas no cenho. A visita médica foi sumária, restrita aos dados técnicos. A luz fluorescente do teto ressaltava a brancura do rosto entalhado de Mrs. Parcell, o lençol esticado sobre o corpo longilíneo armava pregas nos joelhos e nos ossos da bacia. Pela janela via-se a neve esvoaçar contra o paredão cinzento do prédio vizinho. Na cadeira, o crochê inacabado, em cima do criado-mudo os cartões abertos. Num deles, em forma de coração rutilante, estava escrito com letra de criança: “We all love you, Grandma”, p. 53 (A cena ocorre nos Estados Unidos).

Um aspecto da narrativa do livro causa certa estranheza ao leitor: a indiferença dos doentes no que toca ao âmbito da Religião. Apenas em um caso, transparece a manifestação de um doente terminal que, aliás, se confessa descrente.

*“ — Você nunca foi religioso. Ficou agora, depois da doença? — pergunta o médico.
— Infelizmente não, responde o doente. Acreditar numa vida melhor depois da morte deve ser muito consolador, mas isso é privilégio exclusivo de quem consegue ter fé. A crença na vida eterna está fora do alcance dos homens racionais”, p. 106.*

Não é o caso dos parentes ou dos amigos do enfermo, como na cena que se desenrola no Carandiru, diante de um preso assassinado, estendido no chão.

“Quando a roda já estava grande, um negro franzino de cabelos brancos pediu licença aos companheiros para chegar até o centro. (. . .) De cabeça baixa, ele parou alguns instantes em frente ao rapaz estatelado, abaixou-se, cerrou-lhe as pálpebras com delicadeza, dobrou-lhe os



braços sobre o peito, retirou um terço de contas claras que trazia ao pescoço e com ele prendeu as mãos sem vida em posição de prece. Depois, ajoelhou-se. Rezou baixinho um padre-nosso, que algumas vezes acompanharam em uníssono, fez o sinal-da-cruz e se afastou em passo cadenciado até sumir no fundo escuro da galeria”, p. 29.

No caso de Mrs. Parcell, referido mais acima, “todos oravam por ela e lhe desejava pronto restabelecimento”, p. 52.

Sobre o comportamento religioso da criatura humana, há uma clara posição do Autor no texto “Vertigem” que praticamente escancara o problema.

“A angústia causada pela impossibilidade de comprovar por meios racionais se existe vida depois da morte acompanha a humanidade desde os primórdios”, p. 203.

E parece acompanhar o Dr. Dráuzio em todo o seu desempenho profissional.

Diante disso tudo, é possível concluir que o médico, mesmo que tenha constatado algumas formas de comportamento religioso do enfermo, preferiu não relatar essa passagem, já que entrava na área, para ele, do desconhecido. Ou, quem sabe, do mistério!

E não residiria aí o motivo deste aparente silêncio estranho sobre uma criatura diante do grande mistério da Vida? Afinal, em outra passagem, o Autor escreve:

“A morte é um processo resultante de uma cadeia de eventos mal conhecidos, de início incerto e duração imprevisível”, p. 73.

Em nova passagem, o médico garante que a morte lhe “ensinou a viver o presente”, p. 205.

Então, para isso foi escrito o livro? Só para entender o “presente”?

Não é o que pensam os milhares de leitores que lhe compraram *Por um Fio*. Entre esses leitores, o autor das linhas acima.

O médico, o cientista e o escritor emudeceram o religioso.

*Celestino Sachet*¹

Endereço do Recensor:

Rua Alves de Brito, 447/801 – Centro
88015-440 Florianópolis, SC

¹ O Recensor é Doutor em Letras, ex-Reitor da UDESC, professor de Latim Eclesiástico no ITESC.



JOÃO PAULO II, *Memória e Identidade. Colóquios na transição do Milênio*

Edit. Objetiva, RJ, 2005 (trad.), 21 x 14cm, 191 p.

Ainda sob o impacto do falecimento e dos funerais de João Paulo II em abril p.p., foi com emoção e curiosidade que li este seu último livro, que considero um verdadeiro “Testamento”. De fato, mais que o breve Testamento formal, aberto poucos dias depois de sua morte, estes “Colóquios” nos revelam João Paulo II de corpo inteiro, com todo o seu legado de “Homem do século”.

Confesso que fiquei impressionado. Os capítulos se sucedem, breves e densos, brotados de perguntas formuladas pelo “Redator”, que, não sei por quê, se mantém anônimo. Entretanto, é o “Redator” quem, no Prefácio, explica a gênese da obra: “Ao escrever este livro, João Paulo II voltou aos temas principais de colóquios que tiveram lugar no ano de 1993 em Castelgandolfo. Dois filósofos poloneses, o Prof. Józef Tischner e o Prof. Krzysztof Michalski, fundadores do Instituto de Ciências Humanas (*Institut für die Wissenschaften vom Menschen*) com sede em Viena, propuseram-lhe que fizesse uma análise crítica, tanto do ponto de vista histórico como do filosófico, das duas ditaduras que marcaram o século XX: o nazismo e o comunismo. Os colóquios, então gravados, depois foram transcritos. O Santo Padre, retomando as questões levantadas naqueles diálogos, considerou oportuno alargar a perspectiva da dissertação: partindo dos mencionados colóquios, quis ir mais além, ampliando o horizonte da reflexão. Assim, nasceu este livro onde se dá resposta a algumas questões que se defrontam com alguns temas cruciais para o destino da humanidade de hoje, depois dos primeiros passos no terceiro milênio” (p. 10).

Continua o Redator: “A obra mantém a forma literária de colóquio para que o leitor compreenda mais facilmente que não se trata de um discurso acadêmico, mas de um diálogo familiar, no qual, embora enfrentando com rigor os problemas propostos em busca de oportunas soluções, o autor não pretende todavia desenvolver um discurso exaustivo. As perguntas aqui propostas são feitas pela redação. Elas pretendem estimular a atenção do leitor, favorecendo a exata percepção do pensamento do Papa. Esperamos que os leitores deste livro possam encontrar aqui



resposta pelo menos a algumas das questões que seguramente trazem no coração” (p.10).

Sem contar o epílogo, que traz as reflexões do Papa sobre o atentado de que foi vítima em 1991, o livro consta de 25 capítulos, distribuídos em cinco partes. Na primeira, em seis capítulos, o Papa aborda o “mistério da Iniquidade”, partindo da experiência pessoal das duas “ideologias do mal” que devastaram a Europa no século XX. Título geral desses capítulos: “O limite imposto ao mal”. Na segunda parte, em quatro capítulos, João Paulo II discorre sobre “Liberdade e Responsabilidade”. Partindo do princípio de que “a liberdade é para o Amor”, ele reflete sobre “o justo uso da liberdade”, e dedica um capítulo ao “mistério da Misericórdia”. Na terceira parte, intitulada “Pensando Pátria”, em cinco capítulos, o Papa discorre sobre os conceitos de Pátria, Patriotismo, Nação, Estado, Cultura. Na quarta parte, intitulada “Pensando Europa”, em seis capítulos, João Paulo II reflete sobre “Pátria Européia”, oferece uma síntese da “evangelização da Europa Centro-oriental”, reconhece “frutos bons no terreno do Iluminismo”, aborda a “missão da Igreja”, a “relação da Igreja com o Estado”, e situa “a Europa no contexto dos outros continentes”. Na quinta e última parte, intitulada “Possibilidades e riscos”, em quatro capítulos, ele reflete sobre “a Democracia contemporânea” e discorre sobre “a Memória materna da Igreja”, concluindo com “a dimensão vertical da história da Europa”.

Cito novamente o Redator, em seu Prefácio: “Testemunha particular dos acontecimentos do século XX, João Paulo II viveu, em primeira pessoa, as dramáticas e heróicas vicissitudes do seu país natal – a Polônia – ao qual continuou sempre ligado. Nas últimas décadas, foi também protagonista – primeiro como padre, depois como Bispo e, por último, como Papa – de muitos fatos da Europa e do mundo inteiro. Um ou outro aspecto destas suas experiências foi por ele incluído neste livro. A obra apresenta algumas experiências e reflexões que ele maturou pressionado por numerosas formas de mal, sem jamais perder de vista a perspectiva do bem, na convicção de que, no fim, este haveria de prevalecer. Passando em revista vários aspectos da realidade atual, o Santo Padre, numa série de ‘colóquios na transição do milênio’, deteve-se a refletir sobre os fenômenos do presente à luz das vicissitudes do passado, nas quais procurou descobrir as raízes do que acontece no mundo de hoje. Isto, para oferecer aos seus contemporâneos, como indivíduos e como povos, a possibilidade de, através de uma passagem em revista atenta da ‘memória’, chegarem a uma consciência mais viva da própria ‘identidade’” (p.9).



Aí está, no final do texto citado, o significado do título escolhido para o livro: *Memória e Identidade*. É uma relação que retorna várias vezes nas páginas destes “Colóquios”, insistindo na necessidade de preservar e cultivar a memória – memória de um povo, de uma nação, de uma cidade, de uma família – para se manter a identidade. Necessidade, aliás, já sentida nas constantes advertências do Antigo Testamento ao povo eleito (p. ex., em Ex 12,14, sobre a ceia pascal: *Este dia será pra vós uma festa memorável em honra do Senhor, que haveis de celebrar por todas as gerações...*; e no Sl 103(102),2: *Bendize, minha alma, o Senhor, e não esqueças nenhum de seus benefícios!*), necessidade preceituada por Jesus na última Ceia (cf 1Cor 11,24: *“Fazei isto em memória de mim”*), necessidade tanto mais urgente em nossa época da velocidade e do descartável.

A título de exemplo, veja-se a reflexão inicial do Papa, sobre a coexistência do bem e do mal: “O século XX foi, por assim dizer, o ‘teatro’ onde entraram em cena determinados processos históricos e ideológicos que evoluíram até à grande ‘erupção’ do mal, mas constituiu também o cenário em que se deu a superação dos mesmos. Ora, será justo olhar a Europa somente a partir da vertente do mal que surgiu na sua história recente? Não pecaria, pelo contrário, uma tal abordagem pela unilateralidade? A história moderna da Europa, marcada – sobretudo no Ocidente – pelas influências do Iluminismo, produziu também muitos frutos positivos. Nisto mesmo se reflete a natureza do mal, tal como a entende Santo Tomás na esteira de Santo Agostinho: o mal é sempre ausência de um bem qualquer que deveria estar presente em determinado ser; é uma privação, mas nunca uma total ausência de bem. O modo como o mal cresce e se desenvolve no terreno sadio do bem constitui um mistério; e mistério é igualmente aquela parte de bem que o mal não conseguiu destruir e que se propaga apesar do mal, antes cresce no mesmo terreno, como na *parábola do trigo e do joio* (cf Mt 13,24-30)..... Na realidade, a parábola pode ser tomada como chave de leitura para toda a história do homem. Com diverso sentido nas várias épocas, o ‘trigo’ cresce juntamente com o ‘joio’ e, vice-versa, o ‘joio’ com o ‘trigo’. A história da humanidade é o ‘palco’ da coexistência do bem e do mal. Isto significa que, se o mal existe ao lado do bem, então o bem persevera ao lado do mal e cresce, por assim dizer, no mesmo terreno que é a natureza humana. De fato, esta, com o pecado original, não foi destruída, nem ficou totalmente corrompida, mas conservou uma certa capacidade de bem, como o demonstram as vicissitudes que tiveram lugar nas sucessivas épocas da história” (pp. 13-14).



Imagino que esta amostra significativa deve ter excitado a curiosidade do leitor para uma leitura pessoal do livro. Na impossibilidade de, nesta recensão, alongar-me demais nas citações, vou chamar a atenção para algumas passagens que anotei, entre muitas outras que poderiam ser apontadas. Assim, na página 19, a síntese da “revolução operada no pensamento filosófico por Descartes” e, na p. 20, a descrição da situação acadêmica da Polônia durante o período comunista. Nas pp. 24-27, o depoimento sobre as reais atrocidades do nazismo e do comunismo, pelas quais João Paulo II passou pessoalmente: “Eu pensava, isto sim, que aquele mal deveria de algum modo ser necessário ao mundo e ao homem... e que seu limite é constituído pelo bem.....Seja como for, não é fácil esquecer o mal que diretamente se experimentou; pode-se apenas perdô-lo. E o que significa perdoar, se não fazer apelo ao bem, que é maior do qualquer mal?” (pp.26-27)

Na p. 29, uma reflexão sobre o pecado original: “Como tal, ele indica a inata pecabilidade do homem: existe radicada nele uma maior inclinação para o mal do que para o bem. No homem há uma pecabilidade congênita de natureza moral, que acompanha de perto a fragilidade do seu ser, com a sua fragilidade psicofísica. E com esta fragilidade estão associados muitos sofrimentos que a Bíblia, desde as suas primeiras páginas, aponta como punição do pecado”. Na p. 30, sobre o mistério da Redenção: “Não será a resposta também ao mal do nosso tempo? Poderia parecer que o mal dos campos de concentração, das câmaras de gás, da crueldade de certas intervenções da polícia, enfim da guerra total e dos sistemas baseados na prepotência – um mal que, para além do mal, cancelava de modo programático a presença da cruz – poderia parecer, dizia eu, que esse mal fosse mais poderoso que qualquer bem. Contudo, se olharmos, com olhos mais clarividentes, a história dos povos e das nações que passaram pela prova dos sistemas totalitários e das perseguições por causa da fé, descobriremos que foi então precisamente que se revelou com clareza a presença vitoriosa da cruz de Cristo...”

Nas pp. 38-40, a propósito do episódio evangélico do jovem rico (Mc 10,17-22), encontramos interessante descrição das “três vias” do seguimento de Jesus: a via purgativa, a iluminativa, e a unitiva. “Na realidade, não são três vias diversas, mas três vertentes da mesma via, pela qual Cristo chama cada pessoa humana...” (p.38)

No final do capítulo sobre “o justo uso da liberdade” (pp. 45-50), no qual discorre sobre vários aspectos da ética filosófica, João Paulo II descreve a origem do seu pensamento: “Toda a reflexão desenvolvida até



aqui sobre a teoria do bem e do mal pertence á filosofia moral. Dediquei a estes problemas alguns anos de trabalho na Universidade Católica de Lublin. Recolhi minhas reflexões a tal propósito na obra *Amor e Responsabilidade*, depois no estudo *Pessoa e Ato* e, por fim, em uma etapa sucessiva, nas catequese de quarta-feira publicadas sob o título *Homem e Mulher os criou*. Com base em leituras posteriores e também em pesquisas efetuadas durante o seminário de ética em Lublin, pude dar-me conta de quão presente está esta problemática nos pensadores contemporâneos: em Max Scheler e nos outros fenomenologistas; em Jean-Paul Sartre, em Emmanuel Lévinas e Paul Ricoeur; mas também em Vladimir Slovëv, para não falar em Fiodor Mikhaïlovich Dostoievski. Através destas análises da realidade antropológica, de vários modos se manifesta a aspiração da humanidade pela Redenção e confirma-se a necessidade do Redentor para a salvação do homem” (p.50).

Na p. 58, encontramos interessante síntese dos grandes valores da cultura cristã ocidental, aos quais contrapõem-se, na p. 59, os desvalores do fenômeno do secularismo, ou seja, “as correntes da antievangelização”: uma civilização que, “se não é atéia de modo programático, é certamente positivista e agnóstica, pois inspira-se no princípio de pensar e agir como se Deus não existisse” (p. 59). Trata-se de “um programa, que atinge as próprias bases da moral humana....e que funciona com enormes meios financeiros... diante do qual é legítimo questionar se não estamos perante uma nova forma de totalitarismo, dolosamente velado sob as aparências da democracia” (p.59).

Na p. 67, uma das várias referências do livro à Irmã Faustina¹ (Santa Faustina Kowalska) e “seu testemunho do mistério da Misericórdia Divina”: “O patrimônio da sua espiritualidade teve grande importância – sabemos isto por experiência – para a resistência contra o mal que operava nos sistemas desumanos de então. Ora, tudo isto possui um significado concreto não apenas para os poloneses, mas também para o âmbito imenso da Igreja no mundo, como, aliás, ficou patente na sua beatificação e canonização. Foi como se, por meio dela, Cristo tivesse querido dizer: ‘O mal não terá a vitória definitiva!’ O mistério pascal confirma que, no fim das contas, o bem é vitorioso, a vida derrota a morte, e sobre o ódio triunfa o amor.”

É conhecida a importância que João Paulo II dava à sua origem eslava, ao seu ser polonês. Este é o substrato que fundamenta suas reflexões

1 Santa Faustina Kowalska, mística polonesa contemporânea, falecida aos 33 anos de idade em 1938, às vésperas da segunda guerra mundial.



sobre “Pátria, Nação, Estado”, na quarta parte do livro. Partindo da experiência dolorosa da extinção política da Polônia durante mais de um século e seu ressurgimento em 1918, assim ele escreve: “Há, no próprio conceito de pátria, um nexo profundo entre o aspecto espiritual e o material, entre a cultura e o território. Este, violentamente arrancado a uma nação, torna-se em certo sentido uma imploração e até mesmo um grito dirigido ao próprio ‘espírito’ da nação. Então este espírito da nação desperta, anima-se de uma vida nova e luta, para que sejam restituídos à terra os seus direitos” (p. 73).

No capítulo 14, discorrendo sobre o conceito de história, o Papa observa que “as nações, à semelhança dos indivíduos, são dotadas de memória histórica. Por isso, é compreensível que elas procurem fixar por escrito aquilo que recordam, e assim a história torna-se historiografia..... Objetivada e fixada por escrito, a história nacional torna-se um dos elementos essenciais da cultura – o elemento que decide sobre a identidade da nação nas dimensões do tempo”. (pp. 86-87) Aí, mais uma vez, a indissolúvel relação entre *memória e identidade*. A propósito, é interessante o que ele escreve mais adiante: “Cada nação vive das obras de sua própria cultura. Por exemplo, nós, poloneses, vivemos de tudo isto, reconhecendo o seu início no cântico *Bogurodzica* (Mãe de Deus), o mais antigo poema polonês escrito, ligado à tradição de Santo Adalberto² de Gniezno. Esse cântico tornou-se o hino nacional, que em Grunwald guiou os exércitos polonês e lituano na batalha contra a Ordem Teutônica³. Mas existe simultânea, vinda de Cracóvia, outra tradição ligada ao culto de Santo Estanislau⁴: a sua expressão é o hino latino *Gaude, Mater Polonia*, ainda hoje cantado em latim, como *Borugodzica* é cantado em polonês antigo. Estas duas tradições entrecruzam-se. De fato, durante muito tempo, o latim foi, junto com o polonês, a língua da cultura nacional: em latim escreviam-se os poemas... ou então os tratados político-morais... inclusive a obra de Nicolau Copérnico⁵ *De revolutionibus orbium caelestium...*” (pp. 96-97)

2 Adalberto, em polonês *Voytech*, bispo de Praga e missionário, martirizado no final do século X, em 997, e sepultado em Gniezno, sede primacial da Polônia.

3 A batalha de Grunwald, ocorrida em 1410, marcou o início do declínio definitivo dessa Ordem militar, fundada na Palestina em 1190, na terceira Cruzada.

4 Estanislau, bispo de Cracóvia, martirizado em 1079. O nono centenário do seu martírio, em 1979, motivou a primeira visita de João Paulo II ao seu país natal, ainda sob o regime comunista.

5 Padre e cientista católico, faleceu em 1543, ano em que foi publicada, em Nuremberg, esta sua obra prima, fruto de 36 anos de pesquisa. Nela, Copérnico demonstrava o heliocentrismo do sistema planetário e a tese do tríplice movimento da terra.



Na capítulo 16, sobre a “pátria européia”, encontramos lúcidas sínteses do “espírito europeu” (p. 108), bem como das etapas e rupturas do cristianismo na Europa, com grande enfoque sobre o Iluminismo (pp. 110-112). A esse respeito, assim escreve João Paulo II: “Os representantes do pensamento pós-moderno avaliam criticamente tanto o patrimônio válido como as ilusões do Iluminismo. Às vezes, porém, a sua crítica é excessiva, porque chegam a não reconhecer o valor das posições iluministas quanto ao humanismo, à confiança na razão, ao progresso. A tal respeito, mas do outro lado da linha divisória, é preciso registrar a atitude polêmica de numerosos pensadores iluministas face ao cristianismo: o verdadeiro ‘drama cultural’, ainda em curso nos nossos dias, está precisamente no fato de se contraporem ao cristianismo idéias como as supramencionadas, quando, na realidade, estão profundamente radicadas na própria tradição cristã” (p. 113).

Tema do capítulo 17 é a “evangelização da Europa centro-oriental”, cuja origem e desenvolvimento até nossos dias é admiravelmente sintetizada em poucas páginas (pp. 116-122). Veja-se, por exemplo, a observação seguinte: “Se os missionários vindos de Roma começaram um processo de inculturação que deu origem à versão latina do cristianismo (como é o caso da Polônia), os missionários vindos de Bizâncio promoveram a versão bizantina – primeiro grega, depois eslava, cirílico-metodiana⁶, como é o caso da Rússia” (p. 119).

No capítulo 21, analisando a posição da Europa “no contexto dos outros continentes”, o Papa nos oferece interessante síntese sobre os “três mundos” – situação que vigorava até 1989 – e sobre a diferente “modulação” da tarefa que compete à Igreja em contextos sócio-políticos, ou seja, em “mundos” diferentes. A propósito, assim ele escreve: “A constituição *Gaudium et Spes* fala de ‘mundo’. Mas sabe-se que, sob este termo, estão efetivamente compreendidos ‘mundos’ diversos entre si. Para isto mesmo chamei a atenção dos Padres conciliares, durante o Concílio, quando tomei a palavra como metropolitano de Cracóvia” (p. 142).

Nas pp. 145-146, começando a tratar da “democracia contemporânea”, João Paulo descreve as “três formas possíveis de regime político: monarquia, aristocracia, democracia”, e lembra que “todas estas

6 Referente aos santos Cirilo e Metódio, missionários gregos que atuaram nas regiões eslavas no século IX. Eles adaptaram os caracteres gregos à língua eslava, criando o alfabeto que perdura até hoje.



três formas de exercício do poder tiveram uma realização específica na história das diversas sociedades; e continuam a tê-lo ainda hoje, embora a tendência atual se incline decididamente para o sistema democrático...” (p. 146) Quanto às leis humanas, estabelecidas “pelos parlamentos ou por qualquer outra instância legisladora humana”, elas “não podem estar em contradição com a lei natural, ou seja, com a lei eterna de Deus” (p. 151). A propósito, o Papa recorda que “foi um parlamento, regularmente eleito, que consentiu na ascensão de Hitler ao poder na Alemanha dos anos 30 e foi, depois, o mesmo *Reichstag* que, com a delegação de plenos poderes a Hitler, lhe abriu a estrada para a política de invasão da Europa, a organização dos campos de concentração e para a execução da chamada ‘solução final’ da questão hebraica... Basta trazer à memória apenas estes fatos – bem perto de nós no tempo – para ver claramente que a lei estabelecida pelo homem tem limites concretos: os limites fixados pela lei natural, com que o próprio Deus tutela os bens fundamentais do homem” (p. 152). Nesse sentido, João Paulo II denuncia “algumas opções legislativas decididas nos parlamentos dos atuais regimes democráticos, entre as quais, as leis sobre o aborto.” (ibid.)

O capítulo 24, intitulado “memória materna da Igreja”, parte da memória de Maria, a mãe de Jesus, que “guardava todas estas coisas no seu coração” (Lc 2,51). Mas já antes, no final do capítulo 23, referindo-se a um simpósio realizado em Castelgandolfo em 1994, João Paulo II recorda a intervenção de Paul Ricoeur, que então falou de “*memória e esquecimento*” como duas forças contrastantes, que atuam na história do homem e das sociedades humanas. A memória é a faculdade que modela a identidade dos seres humanos tanto em nível pessoal como coletivo; de fato, é através dela que se forma e define, na psique da pessoa, a percepção da própria identidade. Dentre as muitas coisas interessantes que então ouvi, esta me impressionou de modo particular.” (p. 162) E continua: “Ora, Cristo conhecia esta lei da memória e invocou-a no momento-chave da sua missão, ao instituir a Eucaristia, dizendo: *Fazei isto em memória de Mim* (Lc 22,19). A memória evoca recordações. Assim, a Igreja é em certo sentido a ‘memória viva’ de Cristo: do mistério de Jesus, da sua paixão, morte e ressurreição, do seu Corpo e Sangue. E esta memória realiza-se por meio da Eucaristia. Em consequência, os cristãos, celebrando a Eucaristia, isto é, fazendo ‘memória’ do seu Mestre, descobrem incessantemente a própria identidade.” (pp. 162-163) Não é belo? Ainda sobre a Eucaristia, afirma o Papa: “A memória desta identidade fundamental, com que Cristo dotou a sua Igreja, tem-se demonstrado mais forte do que todas as divisões introduzidas pelos homens nesta



herança. Ao início do terceiro milênio, os cristãos, apesar de divididos, estão cientes de que à essência mais profunda da Igreja pertence a unidade, não a divisão. Para torná-los conscientes disso, estão aí antes de mais nada as palavras da instituição da Eucaristia: *Fazei isto em memória de Mim* (Lc 22,19) – palavras unívocas, que não admitem divisões nem separações” (p. 167).

A memória eclesial, materna como a de Maria, “aumenta com o crescimento da Igreja, que se verifica sobretudo através do testemunho dos apóstolos e do sofrimento dos mártires. É uma memória que se manifesta pouco a pouco na história, a começar pelos Atos dos Apóstolos, mas não se identifica totalmente com a história. É algo específico, e o termo técnico usado para qualificá-lo é *Tradição*. Esta palavra está associada com a função ativa de recordar transmitindo... e transmitindo o que a Igreja, sob a ação do Espírito, guarda na sua memória” (p. 166). “Por isso, quando celebra a Eucaristia, que é o ‘memorial’ do Senhor, a igreja o faz apoiada pelo Espírito Santo, que diariamente desperta e guia a sua *memória*. A essa tão estupenda quão misteriosa obra do Espírito é que a Igreja deve, de geração em geração, a sua *identidade* essencial. E isto dura já há dois mil anos” (p. 167).

No penúltimo capítulo, dedicado à “dimensão vertical da história da Europa”, João Paulo II observa: “Desta dimensão da história, que podemos chamar transcendente, se afastou resolutamente o Iluminismo. A Igreja, pelo contrário, volta continuamente a ela: um claro testemunho neste sentido foi também o Concílio Vaticano II” (p. 171). “Por isso”, conclui o Papa, “eis a resposta à pergunta crucial do início: o sentido mais profundo da história encontra-se para além da história e tem a sua plena explicação em Cristo, Deus-Homem. A esperança cristã projeta-se para além do limite do tempo: o Reino de Deus enxerta-se e desenvolve-se na história do homem, mas a sua meta é a vida futura. A humanidade é chamada a prosseguir para além das fronteiras da morte, na verdade para além da própria sucessão dos séculos, até o abrigo definitivo da eternidade, junto do Cristo glorioso, na comunhão trinitária. *A sua esperança está cheia de imortalidade* (Sb 3,4)” (p. 175).

O último capítulo, apresentado como “epílogo”, aborda o atentado de 13 de maio de 1981, e conta com a participação do secretário particular do Papa, Mons. Stanislaw Dziwisz. João Paulo II começa dizendo que “tudo aquilo foi um testemunho da graça divina.” Compara também a sua provação com a do Cardeal Wyszyński, detido por mais de três anos, enquanto o seu confinamento “se reduziu a um período bastante breve, só



alguns meses” (p. 179). Nas pp. 184-185, tanto o Papa como seu secretário falam da visita feita a Ali Agca na prisão, dois anos e meio após o atentado. Na p. 188, comentando os últimos atentados das “redes do terror”, e citando nominalmente os de Nova York, de Madrid, e de Beslan na Ossétia, ele se pergunta se os homens não quererão, afinal, “levar em conta as dramáticas lições que a história lhes oferece”, ou continuarão a “acolher as nefastas sugestões da violência” (p. 188).

Cito, ainda, os parágrafos finais do livro: “Todo o sofrimento humano, toda a dor, toda a doença, encerram uma promessa de salvação, uma promessa de alegria: *Alegro-me nos sofrimentos suportados por vós*, escreve Paulo aos colossenses (Cl 1,24). Isto vale para todo o sofrimento provocado pelo mal, incluindo o mal social e político enorme que atualmente divide e abala o mundo: o mal das guerras, da opressão de indivíduos e povos; o mal da injustiça social, da dignidade humana espezinhada, da discriminação racial e religiosa; o mal da violência, do terrorismo, da corrida aos armamentos. Todo este mal existe no mundo também para despertar em nós o amor, que é dom de si próprio no serviço generoso e desinteressado a quem foi visitado pelo sofrimento. No amor, que tem a sua fonte no coração de Cristo, está a esperança do mundo. Cristo é o Redentor do mundo: *pelas suas chagas, fomos curados* (Is 53,5)” (p. 190).

Quanto à tradução, vejo que a edição brasileira reproduz a tradução portuguesa feita no Vaticano, sem identificação do seu autor. A revisão foi muito cuidadosa, não tendo escapado praticamente erro algum, a não ser a omissão do artigo no texto de Rm 5,15, na p. 188: “...não se dá o mesmo que com *a* falta”. Entretanto, faço algumas observações: 1) na p. 187, no meio, a tradução de Lc 17,10 deveria ser, mais de acordo com a parábola, “*simples servos*”, e não “*servos inúteis*”⁷. 2) na p. 187, na penúltima alínea em baixo, o termo “despotismo”, aplicado às Brigadas Vermelhas, não é um equívoco? Não seria “terrorismo”? 3) na p. 169, também na penúltima linha em baixo, a tradução de 1Cor 15,49 deve ser: “*reproduziremos também a imagem*”, não “*procuremos reproduzir...*” 4) na p. 164, em baixo, na citação de Lc 2,7, em vez de “num *curral*”, leia-se “numa *estrebria*”. 5) na p. 117, na penúltima linha em baixo, dever-se-ia ler “*pertença*”, não “*pertencimento*” eclesial.

Concluindo minha recensão destes “Colóquios na transição do Milênio”, tornados mais eloqüentes ainda com a experiência pascal da

7 Cf. Bíblia da CNBB, neste versículo.



morte e dos funerais de seu autor, resta-me convidar o leitor a que não deixe de lê-los. É um sábio que fala. Um homem com uma experiência humana diversificadíssima, que inclui uma infância sem os familiares mais próximos, uma juventude com trabalho braçal e estudos e atividades clandestinas⁸, até o atentado sofrido e, nos últimos anos, a limitação dos movimentos com a doença progressiva... As amostras, evidentemente incompletas, desta recensão, o estimulem à leitura pessoal deste precioso Testamento. Testamento que é, ao mesmo tempo, um Testemunho.

*Ney Brasil Pereira*⁹

Endereço do Recensor:

ITESC, cx postal 5041
88040-970 Florianópolis, SC
ney.brasil@itesc.org.br

8 Quem ainda não leu, leia seu primeiro livro autobiográfico: JOÃO PAULO II. *Dom e Mistério. Por ocasião do cinquentenário da minha Ordenação Sacerdotal*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1996, 117 p.

9 O Recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.